

Consejo de Ministros

Segunda Reunião
26-27 de abril de 1984
Montevidéo - Uruguai



Asociación Latinoamericana
de Integración
Associação Latino-Americana
de Integração

913

EXPOSIÇÃO FORMULADA PELO SENHOR LUIS CARLOS VILLEGAS ECHEVERRY, REPRESENTANTE PESSOAL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA COLÔMBIA, NA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS (Segunda Sessão Plenária)

ALADI/CM/II/di 4.9
26 de abril de 1984

Não é minha intenção fazer um discurso de fundo neste início do Segundo Conselho de Ministros da ALADI, mas quero, Senhor Presidente, fazer chegar em nome do Presidente Bentancur da Colômbia de seu Chanceler, Rodrigo Lloreda, nossas mais sinceras felicitações ao Senhor Chanceler por sua designação como Presidente Deste Conselho e também a todo o Uruguai, país de encruzilhada na integração latino-americana, encruzilhada na integração por ser sede de nossa ALADI; em segundo lugar, por ter a Juan José Real na Secretaria e em terceiro lugar por tê-lo dirigindo nossos trabalhos.

Senhor Presidente, a crise que atualmente oprime a América Latina é inimiga de sua integração, em princípio. Todo país confia primeiro em si mesmo e depois nas soluções que os demais possam recomendar-lhe. Essa seria a saída intuitiva que teríamos para adotar políticas nacionais ante a crise. No entanto, a integração aparece como o único instrumento viável de meio e longo prazo para ajudar-nos racionalmente a superar os problemas que atualmente estamos encarando.

Essa crise que aumentou nossa dívida externa, que nos causou um decrescimento, que nos levou a níveis de desemprego nunca antes conhecidos, a níveis de inflação que riscam no novelesco, a déficit fiscais que estão além de nossas próprias repartições de emissão poderiam suportar, poderia levar-nos, Senhor Presidente, a dizer com toda objetividade que hoje todos os latino-americanos somos países de menor desenvolvimento relativo. Os interlocutores multilaterais vêm dizer-nos que devemos aplicar à essa crise medidas de ajuste. Medidas de ajuste que finalmente darão em nada com todo nosso desejo de abertura política, de democracia, de recuperação e que contrasta com o que a América Latina devia ter feito nos anos anteriores, que é a austeridade, esse ato voluntário de reconhecimento de que ante escassos recursos, escassas ações. Hoje provavelmente estamos pagando essa falta de austeridade.

Aparece há dois meses a Declaração de Quito, soma de vontades políticas latino-americanas, de mandatos aos organismos especializados de integração e de cooperação econômica. E, que como dizia o Senhor Chanceler do Equador, requer mais de obras que de repetições e de reiterações sobre esses compromissos.

Hoje nos dedicamos, neste Segundo Conselho de Ministros, à decisão sobre a preferência tarifária regional. Em um momento cinza, escuro, aparece essa luz que poderia converter-se em uma das vias para que a integração política de nossa região se converta em atos concretos que elevem nosso comércio, que elevem nossa cooperação econômica e, portanto, nosso progresso.

//

Esta nossa ALADI, Senhor Presidente, é um dos exemplos mais fieis do que pode ser a cooperação Sul-Sul no contexto da comunidade internacional e não apenas entre seus membros, senão também com terceiros. A Colômbia, por exemplo, através dos mecanismos que permite o Tratado de Montevideu subscreveu acordos de alcance parcial com vários países centro-americanos, entre eles Costa Rica, Nicaragua e Guatemala e já tem negociados acordos com El Salvador, com Honduras e com Barbados. Tudo isto dentro da tese de que, além das soluções políticas que possam alcançar-se através da negociação, requer um esforço de reestruturação sócio-econômica naquelas zonas onde as tensões chegaram à violência, chegaram ao desespero, chegaram à desestabilização; não apenas através desses acordos de alcance parcial, senão também através de mecanismos como do CADESCA, do SELA, estamos tratando de que essa tese seja também em uma convicção na ação política que desenvolvemos não apenas unilateralmente, senão dentro das ações que adianta o Grupo de Contadora.

Finalmente, Senhor Presidente, aqui na ALADI falamos de comércio e de financiamento. Se falamos de comércio, implicitamente falamos de produção; se falamos de produção, falamos portanto de emprego; se falamos de emprego, falamos de outros fatores e índices finalmente denominados crescimento.

Portanto, está em mãos dos Chanceleres que assistiram a este Conselho assumir a responsabilidade política de que as decisões que aqui se tomam finalmente são as concretas, são as que beneficiarão nossos industriais, nossos comerciantes, nossos produtores agropecuários, além das políticas que se tomem em defesa da crise que atualmente nos oprime. E nesse contexto, Senhor Presidente, quero citar parágrafos do ponto 27 dessa Declaração de Quito, onde dizíamos não há mais de dois meses e meio: "Consideramos que esta solene ocasião evidencia um propósito permanente de nossos países para manter, superando toda a classe de obstáculos, a unidade regional, que é requisito essencial de nosso desenvolvimento. Acordamos uma resposta que encerra desafios e promessas. Sua execução está obviamente subordinada à eficiência de nossa capacidade negociadora e à seriedade com que as instituições e organismos regionais e sub-regionais cumpram os encargos que aqui lhe fazemos".

Senhor Presidente, há quatro anos, nesta mesma cadeira, dizia que oxalá pudéssemos inverter a frase de nossos libertadores de "que não é possível arar no mar, senão em terra latino-americana".

//